

**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

PARECER Nº 434/2025-ADVOSF

Processo nº 00200.021726/2024-13

Proposta de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por grupos e por itens. Aquisição de equipamentos, materiais, peças e componentes eletrônicos necessários à promoção de evolução tecnológica nos sistemas audiovisuais dos plenários desta Casa Legislativa. Conferência de minuta de edital, análise jurídica. Observações e recomendações.

I - RELATÓRIO

Vêm a esta Advocacia os autos do processo em referência, a teor do que dispõem o art. 53 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 22 do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, a fim de que seja analisada a minuta de edital de pregão eletrônico constante do documento nº 00100.102382/2025-43.

O Documento de Formalização de Demanda (DFD nº 267/2024), a Solicitação de Contratação nº 1.885 e a versão preliminar do Mapa de Riscos para o empreendimento, o Estudo Técnico Preliminar nº 117/2024 e a última versão do Termo de Referência que serviram de base para a elaboração da minuta de edital em apreço constam dos documentos



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

n^{os} 00100.223471/2024-41, 00100.223474/2024-85, 00100.223473/2024-31 e 00100.096658/2025-47.

Segundo informações prestadas pela Secretaria de Administração de Contratações constantes do documento n^o 00100.223476/2024-74, a contratação sob análise (Solicitação de Contratação n^o 1.885, com valor total originalmente estimado em R\$ 681.899,19 – documento n^o 00100.223474/2024-85), foi aprovada pelo Comitê de Contratações do Senado Federal, nos termos do inciso I do art. 8^o do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Cumpre destacar que não consta dos autos a versão definitiva do Mapa de Riscos para o empreendimento que se busca realizar por intermédio da licitação/contratação proposta.

De acordo com o que consta do Termo de Referência logo acima mencionado, a realização do procedimento licitatório na forma proposta destina-se a viabilizar a aquisição de equipamentos, materiais, peças e componentes eletrônicos necessários à promoção de evolução tecnológica nos sistemas audiovisuais dos plenários desta Casa Legislativa.

Por sua vez, a modernização tecnológica pretendida tem como objetivo proporcionar aos mencionados sistemas audiovisuais diversas melhorias de qualidade, eficiência, confiabilidade, assim como o melhor aproveitamento dos recursos humanos utilizados na operação desses sistemas pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal (SGM) e de seus órgãos subordinados.

As quantidades demandadas, conforme consta do Termo de Referência, são aquelas que refletem a real necessidade da administração, pois correspondem ao somatório dos mínimos necessários para a



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

modernização de cada um dos plenários desta Casa, bem assim para formação de estoque de reserva para eventuais substituições em caso de situações emergenciais, visando assim a continuidade do funcionamento de todo o sistema.

Conforme ainda consta do Termo de Referência subjacente à presente proposta de contratação, as especificações para o objeto pretendido são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame, uma vez que os itens escolhidos adotam padrões estabelecidos no mercado de áudio e vídeo profissional, havendo uma grande quantidade de possíveis licitantes capazes de fornecê-los nos moldes pretendidos.

Nesse ponto, destaca-se que foram exigidas marcas específicas para os itens 12, 16 e 17. Para item 12 (tela de vídeo *touchscreen* programável com *display* de 7 polegadas e com resolução de 800x480 pixels, tendo em vista a necessidade de se manter o padrão estético (marca, cor e tamanho idênticos aos dos equipamentos já instalados nos plenários) e de uniformizar a respectiva programação e o estilo às das interfaces de controle do sistema.

Já para as cápsulas e as hastes de microfone (itens 16 e 17), essas devem corresponder a mesma marca e aos mesmos modelos dos equipamentos já instalados nos plenários (SHURE, modelos R189B e MX424/N, respectivamente), com o objetivo de manter o padrão estético do Senado Federal.

Embora as aquisições pretendidas não estejam atualmente amparadas em nenhum contrato ou ata de registro de preço, o TR faz referência aos ajustes por meio dos quais foram adquiridos os



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

equipamentos que compõem os atuais sistemas audiovisuais dos plenários desta Casa Legislativas, quais sejam os Contratos nºs 59/2018, 147/2020 e 148/2020, todos já expirados.

A SGM, órgão técnico responsável pela proposta de licitação ora em análise, promoveu pesquisa de preços destinada a estimar os custos de mercado para os itens que deverão compor o objeto da licitação e, conseqüentemente, os futuros contratos, cujos procedimentos, incluindo fontes de pesquisa, mapas de cotações e planilhas estimativas de despesa constam dos documentos nº 00100.060039/2025-14.

As justificativas apresentadas pelo órgão técnico responsável pela elaboração da pesquisa quanto à impossibilidade de obtenção de pelo uma fonte pública para os itens 1 a 9, 13, 15 e 17, bem assim para o Coeficiente de Variação (CV) superior à 25% entre as amostras correspondentes aos itens 1 a 4, 8 a 10, 14 a 19 e 21, constam do documento nº 00100.060210/2025-95.

A COCVAP/SADCON, após analisar a regularidade de todo o procedimento de pesquisa de preços realizados e as justificativas a ele relacionadas (documentos nºs 00100.060039/2025-14 e 00100.060210/2025-95), bem assim a versão do Termo de Referência constante do documento nº 00100.060161/2025-91, validou os procedimentos realizados, notadamente em relação à estimativa de preços dos itens que integrarão o objeto a ser licitado (cf. o documento nº 00100.065596/2025-21).

Consoante o que também ficou registrado no aludido Termo de Referência, os itens que integram o objeto pretendido se classificam como comuns, pois foram definidos objetivamente por meio de especificações, de



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

padrões de desempenho e de qualidade usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI, e o art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

Por essa razão, foi recomendada a modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico como forma de viabilizar a contratação almejada.

Foi também proposta a adoção do critério de julgamento “menor preço”, devendo ser declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

O critério do “menor preço”, na avaliação do órgão técnico, é o mais adequado para o certame a ser deflagrado, pois o objeto pretendido não possui complexidade que justifique a adoção de outro critério técnico para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Assim, a melhor proposta será aquela que, observada as especificações do objeto previamente definidas, possibilite o menor dispêndio de recursos por parte da Administração. Além do mais, como não existem preços tabelados para o objeto nem será fixado o valor da contratação, não é cabível a aplicação do critério “*maior desconto*”.

No TR, foi recomendada a adoção do critério de adjudicação por grupos (grupo 1 – itens 1 a 4 / grupo 2 – itens 5 a 8) e por itens avulsos (itens 9 a 22).

Quanto aos grupos 1 e 2, os respectivos itens foram agrupados sob o argumento de tais itens, devido ao seu pequeno valor individual, precisam ser agrupados para proporcionar economia de escala para a Administração, para despertar maior interesse por parte das licitantes, bem



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

assim para reduzir os custos com a gestão e a fiscalização dos contratos decorrentes.

Quanto aos demais itens, todos eles serão adjudicados individualmente pelo menor preço. Essas escolhas, segundo aduz o órgão técnico proponente, estariam em consonância com o teor da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União e com as disposições do art. 40, inciso V, alínea “b”, e § 3º; e do art. 47, inciso II, e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Assim, considerado o valor total estimado para cada um dos grupos e itens a serem licitados individualmente nos termos acima mencionados, consta do TR que o certame licitatório que se busca deflagrar deverá prever o tratamento diferenciado previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 em relação os grupos 1 e 2, bem assim para os itens 15, 16, 19, 20, 21 e 22, ou seja, tais grupos e itens devem ser direcionados no respectivo certame exclusivamente às licitantes que se encaixem na condição de microempresas, de empresas de pequeno porte ou de cooperativas enquadradas na condição estabelecida no art. 34 da Lei 11.488/2007.

Quanto ao tratamento favorecido previsto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 em relação aos demais itens cujo preço estimado se encontram em patamar superior a R\$ 80.000,00, o órgão técnico entendeu que esse tratamento, além de não ser vantajoso para a Administração Pública, pode representar prejuízo ao conjunto a ser contratado, uma vez que o eventual fornecimento de bens referentes a um mesmo item por mais de uma empresa terá o potencial de inviabilizar a imprescindível padronização que deve ser observada nas instalações audiovisuais dos plenários do Senado Federal.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Foi ressalvada a impossibilidade de adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) como forma de viabilizar a contratação do objeto pretendido em razão deste sistema ser inadequado para o caso em tela, visto que os quantitativos e o prazo de execução do objeto já estão previamente definidos.

Foi recomendada a vedação à participação de consórcios na licitação pretendida em razão de a complexidade e o vulto do objeto não terem potencial de limitar a ampla participação no respectivo certame de empresas aptas a executar o objeto do futuro contrato.

Nesse sentido, pontuou-se que potenciais empresas interessadas, em sua maioria, dispõem de condições de participar do certame e prestar a integralidade do objeto de forma independente, não sendo o caso de se permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas em forma de consórcio para a execução do objeto da contratação pretendida.

Na hipótese tratada nos autos, a previsão da possibilidade de participação de consórcios pode resultar em restrição à competitividade do certame, na medida em que, admitindo-se que empresas possam se associar para disputar o certame, naturalmente haverá menos empresas em condições de disputar individualmente o objeto da licitação.

O órgão técnico responsável recomendou no TR a vedação à subcontratação total ou parcial do objeto que vier a ser adjudicado pelas licitantes. Aquele órgão ainda mencionou no mesmo documento citado que não será necessária a exigência de apresentação de amostras por parte das licitantes para os itens por ela ofertados.

Conforme consta do respectivo TR, não deverá ser exigida das licitantes comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

competente, uma vez que o fornecimento dos itens pretendidos não compreende a execução de qualquer atividade cujo exercício seja, por força legal, controlado ou exclusivo de determinada profissão.

De acordo com o TR, também não deverá ser obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, porquanto o fornecimento dos itens que integram o objeto da licitação em tela não apresente complexidade nem graus mais elevados de aperfeiçoamento que requeiram a comprovação de qualificação técnica pela licitante.

Por fim, no citado Termo de Referência foi consignado que não deverá ser exigida das licitantes prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, visto que o fornecimento pretendido não está sujeito à requisitos previstos em lei especial que regulem a prestação do objeto nem está exigir comprovação de qualquer capacidade específica por parte da licitante.

Foi previsto no TR que não será necessário que a futura contratada tenha que prestar a garantia contratual na forma prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021, pois, consoante previsto no inciso II do § 2º do art. 18, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato é pouco significativa, uma vez que não foram estabelecidas, neste Termo de Referência, obrigações futuras para o cumprimento pela contratada.

Não consta dos autos a cópia da Portaria da Diretoria-Geral por meio da qual foram designados os atuais Agentes de Contratação do Senado Federal e a respectiva equipe de apoio, tampouco informações acerca da disponibilidade orçamentária para fazer face à despesa decorrente da futura contratação.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

A Coordenação de Processamento Externo de Licitações do Senado Federal - COPEL fez a análise da minuta de edital preliminar elaborada pela COATC/SADCON constante do documento nº 00100.073660/2025-48 e fez 5 (cinco) recomendações (ver documento nº 00100.077661/2025-61).

Em atenção à recomendação feitas pela COPEL no documento acima mencionado, a SGM, por intermédio do documento nº 00100.091432/2025-50, informou ter adotado as providências necessárias, ao tempo em que apresentou os esclarecimentos e justificativas pertinentes, tendo juntado aos autos, por conseguinte, a derradeira versão do Termo de Referência (documento nº 00100.096658/2025-47), essa já contemplando as modificações realizadas por aquele órgão técnico com vistas a atender às recomendações feitas pela COPEL.

Ante todo o exposto, a COPLAC/SADCON elaborou a minuta de edital constante do documento nº 00100.064293/2025-91, a qual, em conformidade com as disposições contidas no art. 53 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 22 do ADG nº 14/2022, vem a esta Advocacia para a devida análise.

II – ANÁLISE

Inicialmente, convém destacar que este órgão jurídico, cuja análise se restringe à legalidade do processo, não possui conhecimentos técnicos em áreas diversas, tampouco lhe cabe emitir juízo valorativo sobre situações circunscritas ao âmbito de discricionariedade ou que envolvam exame de questões cuja competência seja regimentalmente atribuída a outra unidade administrativa do Senado Federal.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Quanto ao diploma legal que rege a presente análise, consta da minuta referência à Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata. No âmbito do Senado Federal, foi editado o Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, dispondo acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos no âmbito do Senado Federal, adequando-se a regulamentação interna ao disposto na nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021). Assim, a presente análise se pautará nessas normas citadas.

No que tange ao valor estimado para as contratações decorrentes da licitação que se pretende deflagrar (Solicitação de Contratação nº 1.885 – documento nº 00100.223474/2024-85), verifica-se que, segundo informações prestadas pela SADCON no documento nº 00100.223476/2024-74, o Comitê de Contratações do Senado Federal aprovou uma despesa na ordem de R\$ 681.899,19 (documento nº 00100.198649/2024-17).

Contudo, após a realização da devida pesquisa de preços (documento nº 00100.060039/2025-14), essa estimativa total aumentou para R\$ 1.967.977,70 (um milhão, novecentos e sessenta e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e setenta centavos).

Desse modo, há a **necessidade** de que seja aprovado pelo Comitê de Contratações o valor complementar, visto que aquele Comitê, por meio de decisão publicada no BASF nº 7004, de 3/9/2019, deliberou no sentido de que, caso o valor estimado para a contratação supere em 25% o valor autorizado, deve ser realizado o ajuste por meio de adendo no SENiC.

Noutro passo, considerando as informações constantes da última versão do Termo de Referência que subjaz a presente proposta de licitação e futura contratação (documento nº 00100.096658/2025-47), verifica-se que o referido documento, sob o ponto de vista formal, foi



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

elaborado de acordo com as diretrizes previstas no art. 13 e no Anexo III do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, exceto no que diz respeito à análise dos riscos da contratação em tela, assim considerada como conteúdo destinado à identificação, à avaliação e ao delineamento das ações de tratamento e monitoramento dos principais riscos que permeiam o procedimento de contratação e seu objeto e tendo por objetivo a prevenção quanto à concretização dos riscos detectados e a mitigação dos impactos a serem suportados pela Administração caso venham a ocorrer.

Embora o mapa de riscos não esteja inserido no rol das exigências obrigatórias previstas no art. 5º do Anexo III do ADG nº 14/2022, há recomendação expressa para que seja realizada análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual tanto no art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021 quanto no art. 1º do Anexo III do ADG nº 14/2022, razão pela qual, caso o órgão técnico entenda realmente desnecessária a elaboração do mapa de riscos correspondente ao empreendimento ora em exame, recomendamos que justifique essa opção.

Em relação ao procedimento de pesquisa de preços realizada (documentos nºs 00100.060039/2025-14 e 00100.060210/2025-95), considerando ter sido todo ele analisado e ratificado pela SADCON (documento nº 00100.065596/2025-21), nos termos do disposto no art. 18, *caput*, do ADG nº 14/2022, entende-se que não compete a esta Advocacia promover a reanálise do aludido procedimento, visto que tal tarefa foi regimentalmente atribuída à SADCON.

Há, porém, a necessidade de que os autos sejam instruídos com a cópia da Portaria da Diretoria-Geral por meio da qual foram



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

designados os agentes de contratação do Senado Federal e a respectiva equipe de apoio.

Quanto a esse ponto, tem-se que o princípio da publicidade é inerente aos procedimentos licitatórios, necessário como instrumento de transparência destinado a garantir o controle social sobre as despesas públicas. Atente-se, portanto, ao que preceitua o art. 29 do ADG nº 14/2022, *verbis*:

Art. 29. A fase externa do processo de licitação pública será conduzida por agente de contratação, ou, nos casos previstos no §2º do art. 8º ou no inciso XI do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021, por Comissão de Contratação.

§ 1º Os agentes de contratação poderão contar com o suporte necessário da Equipe de Apoio na condução dos procedimentos licitatórios, tanto na forma presencial quanto na eletrônica.

§ 2º Compete à Diretoria-Geral designar:

I - os agentes de contratação e os membros de Comissão de Contratação, dentre os servidores efetivos integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal e observado o disposto no art. 6º deste Ato.

II - os integrantes da Equipe de Apoio, dentre os servidores integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Sanadas as questões acima, restará **pendente** a adoção dos seguintes procedimentos: a) aprovação do termo de referência; b) autorização para realização do certame na modalidade proposta; c) a indicação da fonte orçamentária e a realização do pré-empenho dos recursos necessários para fazer face à despesa com a contratação pretendida; d) a autorização para a realização da despesa correspondente; e e) a designação dos gestores e fiscais do futuro contrato.

Noutro passo, conforme preceitua o art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, o pregão é uma modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

O ADG nº 14/2022, em seu art. 27, § 1º, estabelece que será obrigatória a adoção da modalidade pregão quando o bem ou o serviço objeto do certame for considerado "*comum*", conforme análise empreendida pelo órgão técnico.

Já o art. 28, *caput* e § 1º, do mesmo texto normativo logo acima citado preceitua que as licitações no Senado Federal deverão ser realizadas, preferencialmente, na forma eletrônica, utilizando-se o Sistema de Compras do Governo Federal.

Conforme já consagrado na doutrina e no ordenamento jurídico pátrio, bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital e por meio de especificações usuais no mercado.

Esse também é o conceito adotado pelo Decreto nº 10.024/2019 (Regulamento do Pregão Eletrônico) em seu art. 3º, que define como comuns aqueles bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

Consoante consta do Termo de Referência elaborado pela SGM, o qual dá amparo à proposta de licitação sob exame, os pretendidos equipamentos, ferramentas e componentes eletrônicos são perfeitamente mensuráveis segundo critérios objetivos e podem ser fornecidos amplamente por empresas do ramo em todo o País. Assim, acertada a escolha da licitação na modalidade pregão e na forma eletrônica.

Com relação às justificativas para o agrupamento dos itens 1 a 4 (Grupo 1) e itens 5 a 8 (Grupo 2), tem-se que a licitação, em princípio, deveria utilizar o critério da adjudicação por item. Os itens agrupados parecem ser autônomos e deveriam, em tese, ser adjudicados



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

individualmente. O argumento de que o agrupamento dos referidos itens se deve a fatores econômicos vantajosos para a Administração, seja em razão da economia de escala, seja em razão da redução de custos para gestão e fiscalização de contratos, favorecendo a concorrência e promovendo maior competitividade ao certame, é superficial e não está lastreado em elementos sólidos de convicção.

Nesse sentido, saliente-se que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 82, § 1º, estabelece que o critério de julgamento de menor preço por grupo somente poderá ser adotado quando for **efetivamente** demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a vantagem técnica e econômica do agrupamento.

Já Súmula nº 247 do TCU, cujos termos se coadunam com os ditames da mencionada Lei Geral de Contratações Públicas, estabelece que, em licitações para contratação de obras, serviços, compras e alienações, é obrigatório o parcelamento por item e não por preço global, sempre que o objeto for divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou perda de economia de escala. O objetivo é ampliar a participação de licitantes, que podem concorrer a itens específicos mesmo não tendo capacidade para o todo.

Todavia, considerando o princípio do parcelamento estampado na alínea “b” do inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133/2021 e as hipóteses que permitem a não observância desse princípio previstas no § 3º do mesmo dispositivo legal acima citado, cabe à autoridade competente por aprovar o Termo de Referência subjacente **avaliar** se os argumentos apresentados pelo órgão técnico são suficientes justificar o agrupamento de itens na forma proposta.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Outro ponto que merece destaque diz respeito à exigência de marca e modelo para os itens 12, 16 e 17. Para o item 12 (tela de vídeo *touchscreen* programável com *display* de 7 polegadas e com resolução de 800x480 pixels), a exigência do modelo NX8048P070-011C-Y da marca NEXTION decorre da necessidade de se garantir a manutenção do mesmo padrão estético dos equipamentos que já se encontram instalados nos plenários desta Casa Legislativa (marca, cor e tamanho) e de possibilitar a uniformização da respectiva programação e estilo às das interfaces de controle do sistema. Já com as exigências da marca SHURE e dos modelos R189B e MX424/N para as cápsulas e hastes de microfone (itens 16 e 17, respectivamente) objetiva-se manter o padrão estético dos equipamentos já instalados nos plenários do Senado Federal (Anexo I do Termo de Referência – documento nº 00100.096658/2025-47).

Nesse particular, sublinhe-se que a art. 41 da Lei 14133/2021 prevê que a administração poderá indicar, de forma excepcional, marca e/ou modelo para produtos que pretende adquirir, vejamos:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;*
- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;*
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;*
- d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;*

[...]



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Todavia, essa excepcionalidade deve estar muito bem **justificada** nos autos. Cumpre trazer à baila que a padronização é admitida pelo TCU há muito tempo. Para aquela Corte de Contas, o princípio da padronização não conflita com a vedação de preferência de marca, desde que a decisão administrativa, que identifica o produto pela marca e/ou modelo, seja circunstanciadamente motivada e demonstre ser essa a opção, em termos técnicos e econômicos, a mais vantajosa para a administração (Acórdão do TCU nº 1.547/2004-Primeira Câmara, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES).

Portanto, em licitações referentes a compras, é possível a indicação de marca e de modelo em razão do princípio da padronização, desde que tal exigência seja estritamente necessária para atender as exigências de padronização da Administração e que haja prévia e robusta justificação (Acórdão do TCU nº 849/2012-Plenário, Relator: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO).

Desse modo, cabe à autoridade competente por aprovar o Termo de Referência subjacente **avaliar** se as razões apresentadas pelo órgão técnico responsável são suficientes para justificar a exigência de marca e de modelo para os itens 12, 16 e 17 a serem licitados.

No que concerne ao tratamento favorecido previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, verifica-se que foi previsto na minuta de edital em exame o benefício correspondente relativamente a todos grupos e itens avulsos cujos valores totais foram estimados abaixo do patamar de R\$ 80.000,00 (Grupos 1 (itens 1 a 4) e 2 (itens 5 a 8) e itens 15 e 16, 19, 20, 21 e 22).

Quanto ao tratamento favorecido previsto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 para os itens 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17 e



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

18, tal benefício em favor das micro e pequenas empresas não pode ser contemplado, visto que tal previsão no caso vertente, além de não ser vantajosa para a Administração, pode resultar em prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, nos termos do da hipótese excludente prevista no art. 49, III, da mesma Lei Complementar citada.

Entretanto, incumbe à autoridade competente por aprovar o Termo de Referência que ampara a presente proposta de licitação fazer o devido **juízo de mérito** sobre essa questão, acatando ou não a justificativa apresentada para o afastamento no certame pretendido do tratamento favorecido devido às micro e pequenas empresas previsto no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006.

Quanto à proposta de dispensa da garantia contratual, embora no Termo de Referência conste uma justificativa, tem-se que a mesma é apenas a reprodução do teor de uma das hipóteses de dispensa da garantia prevista no inciso II do § 2º do art. 18 do Anexo III do ADG nº 14/2022, qual seja, que não deve ser exigida da contratada a garantia contratual, tal como prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, pois a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato é pouco significativa em razão de estarem previstas obrigações futuras para a contratada.

A garantia contratual tem por finalidade assegurar a indenização ao ente contratante no caso de prejuízos causados pelo inadimplemento do particular contratado, incluindo valores devidos em razão da aplicação de multas e prejuízos advindos do não cumprimento das obrigações contratuais nos termos em que foram pactuadas.

Considerando o vulto das futuras contratações e a essencialidade dos equipamentos pretendidos, entende-se que também



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

deve ser levada em conta a importância que a regularidade e a pontualidade no fornecimento dos bens almejados têm para a manutenção da normalidade das atividades administrativas e legislativas desenvolvidas no âmbito desta Casa, bem assim a potencialidade de danos em caso de má execução do ajuste.

Desse modo, entende-se que são **insuficientes** as razões que motivam a dispensa da exigência da garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista os potenciais prejuízos que o Poder Público e a sociedade brasileira poderão experimentar caso o objeto contratado não seja executado em conformidade com o que vier a ser pactuado.

Contudo, cabe à autoridade competente por aprovar o Termo de Referência, considerando o vulto econômico, os riscos de danos e a essencialidade do objeto pretendido, **avaliar** a conveniência de se exigir ou não a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 ou exigir melhor fundamentação a respeito da questão. Caso se decida pela exigência da garantia contratual para os ajustes decorrentes da licitação proposta, recomenda-se a redação da minuta-padrão de edital em vigor para contratações de objetos com mesma natureza, cuja redação já fora aprovada por esta Advocacia.

Quanto às exigências habilitatórias previstas na minuta de edital em apreço, essas aparentam ser **compatíveis** com as características do objeto almejado e com o vulto econômico dos grupos e itens a serem licitados, não constituindo restrição injustificada à ampla participação de empresas no certame a ser deflagrado.

No que concerne à minuta de edital constante do documento nº 00100.102382/2025-43, mais precisamente à parte procedimental do



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

certame, tem-se que ela está em conformidade com a legislação de regência, com as orientações desta Advocacia relacionadas a casos similares e segue o padrão adotado pelo Senado Federal para licitações do gênero.

Porém, recomenda-se algumas alterações no texto editalício com finalidade de **adequá-lo** à nova redação da minuta-padrão de edital, referência 6.3, conforme aprovada pela Comissão Permanente de Minutas-Padrão do Senado Federal recentemente.

Quanto ao item 15.2 da minuta de edital em apreço, o disposto nos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522/2002 estabelece a obrigatoriedade de os órgãos e entidades da Administração Pública Federal terem que promover consulta junto ao CADIN da parte antes da celebração de qualquer convênio, acordo, ajuste ou contrato envolvendo desembolso de recursos públicos, cujo resultado positivo constitui fator impeditivo a concretização do ajuste. Assim, conforme recomendação feita por esta Advocacia à Comissão Permanente de Minutas-Padrão do Senado Federal por intermédio do Parecer nº 858/2024-ADVOSF, recomenda-se a seguinte **redação** para o item 15.2:

“15.2 Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio de consulta ao SICAF e por outros meios idôneos, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se não está impedida de contratar com a Administração Pública, nos termos do que estabelecem o § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021 e os arts. 6º e 6º-A da lei nº 10.522/2002.

15.2.1 – Nos termos do art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro positivo no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais) em nome da licitante adjudicatária constitui fator impeditivo para a sua contratação, observado o disposto no item 15.2.3.

15.2.2 – Em atenção ao que determina o art. 6º da Lei nº 10.522/2002, anteriormente à celebração do contrato, o Senado Federal realizará





SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

consulta ao CADIN para verificar se a licitante adjudicatária possui débitos ativos com a Administração Pública Federal.

15.2.3 – Havendo registro positivo no CADIN, quando da convocação para assinatura do contrato, a empresa vencedora será notificada a promover e a comprovar a regularização da situação de inadimplência no prazo previsto no item 15.1, sob pena de decair seu direito à contratação do objeto.

15.2.4 – O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SENADO, desde que haja solicitação da licitante devidamente justificada e apresentada antes do transcurso do prazo informado no item 15.2.3.

15.2.5 – Não havendo a comprovação de regularização da situação junto ao CADIN dentro do prazo, incluindo a eventual prorrogação de que trata o item 15.2.4, decairá para a licitante vencedora o direito à contratação do objeto da licitação, sendo facultado ao SENADO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar o procedimento licitatório.”

Considerando o teor do Acórdão do TCU nº 523/2025Plenário e o posicionamento desta Advocacia sobre a matéria nele versada constante do Parecer nº 323/2025-ADVOSF, recomenda-se a seguinte redação para o item 11.6 da minuta de edital em exame:

“11.6 – Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame, inclusive quanto à veracidade das declarações relacionadas no Capítulo III, quando presentes fundados indícios que apontem divergências quanto ao teor das informações prestadas;

a.1) em relação ao disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, diante de fundados indícios de descumprimento das exigências de reserva de cargos, o Pregoeiro, de forma motivada, poderá conceder prazo à licitante para a apresentação de informações e de documentação apta a demonstrar a veracidade da declaração, incluindo evidências e justificativas dos esforços empreendidos pela licitante a fim de preencher o percentual legal de vagas.”

